

A Geografia em questão

Manoel Rodrigues Chaves
Paulo Henrique K. Orlando

Quando a ciência não é capaz de criar senão o que já conhece, está renunciando à sua grande missão.

M. SANTOS (1978: 156)

Por crítica radical entende-se um processo analítico que procura abarcar um determinado tema em sua complexidade. Procura, assim, as raízes das questões principais e evidencia-as. Portanto, a crítica não pode resultar em um processo de continuidade e sim vislumbrar novas possibilidades, apontar novos rumos, trilhar novos caminhos.

Pode-se dizer que tal temário dentro da Geografia, muito embora recente, permeia vários trabalhos, tendo sido, por vezes, objeto de aprofundamento teórico de alguns autores nas duas últimas décadas.

Não pretendemos, obviamente, com este esboço teórico, realizar uma epistemologia da ciência geográfica. Este é fruto de um seminário realizado para a disciplina metodologia científica em Geografia, do curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP de Presidente Prudente, que em meio a vários eixos temáticos, buscou um aprofundamento maior nesta corrente de pensamento geográfico.

Para dois geógrafos, que por suas atuações acadêmicas e trabalhos como planejamento urbano são rotulados de "geógrafos físicos", torna-se estimulante um exercício teórico neste sentido, pelo fato de que a auto-crítica, feita a partir das discussões anteriores ao texto, serviram também para avançarmos na "crítica" da Geografia crítica.

Assim, se no desenvolvimento inicial do trabalho, tentando caracterizar o movimento de renovação e apontando os precursores, não fugimos muito das abordagens anteriores, procuramos, na segunda parte, refletir sobre questões que ao nosso ver a crítica não superou.

Tal postulada da Geografia teve o grande mérito de realçar a crise interna e sua profunda relação com a crise externa do sistema, bem como o atrelamento da ciência geográfica mecanismo de manutenção do poder estabelecidos, ao longo de sua história como ciência. Porém, manteve-se até o momento impotente quanto às reais possibilidades de avançar no sentido de fornecer à sociedade instrumentos de mudanças concretas, tarefa para a qual foi o pano de fundo da renovação da Geografia.

Antes salto qualitativo, preferível a caminhada. "Os pés no chão".

Movimento de Renovação - uma caracterização

Uma ciência se renova por dentro à medida que a realidade que ela abarca se transforma. A teoria e o método devem se adequar a imposição dessa nova realidade.

No caso da ciência geográfica, pode-se dizer que o movimento de renovação, busca, em síntese, um rompimento com a perspectiva de análise a partir da Geografia tradicional, pelo fato de que esta última, sustentada pelo positivismo clássico, não possui o instrumental teórico e metodológico capaz de dar respostas às complexidades planetárias da sociedade do Pós-guerra.

Fenômenos como a revolução tecnológica, a ação do Estado, o planejamento econômico, a urbanização acelerada, o quadro agrário etc. não conseguiram ser explicados via abordagem tradicional, cujo instrumental de pesquisa fora aperfeiçoado para explicar situações simples, não dando conta de apreender o espaço da economia mundializada. MORAES (1986:95).

A insuficiência da Geografia tradicional, portanto, começou a ser questionada. O seu sustentáculo teórico/metodológico, profundamente empirista e naturalista, fornecia uma visão empobrecida da realidade, os estudos particularizados eram enumerados, descritos e classificados. Dos seus princípios gerais (positivistas) resultaram dualismos que perpassam ainda a análise geográfica: geografia física/geografia humana, geografia geral/regional etc.

Se por um lado a nova forma tomada pelo sistema capitalista, a sua mundialização, influencia novos padrões de referência para a ciência de uma maneira geral, na Geografia particularmente, duas formas de abordagem vão tomar posições distintas.

Assim, uma primeira corrente vai se aliar ao avanço das ciências exatas para reforçar suas análises, buscando uma pretensa afirmação de "status" para a ciência geográfica, colaborando de maneira categórica para consolidação do planejamento como forma de atuação do sistema e sua articulação a nível planetário.

Tal corrente, denominada de Geografia pragmática, busca uma análise da realidade calcada em parâmetros quantitativistas. O espaço é visto como receptáculo de recursos naturais plenamente cartografáveis, mapeáveis e contabilizados. As médias matemáticas reduzem o homem (sujeito) como abstração da mesma realidade.

A sua designação de Geografia pragmática advém segundo MORAES (1986:100), de sua finalidade explícita de criar uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário. "... o que se poderia chamar de renovação da Geografia, ocorre a passagem, ao nível dessa disciplina, do positivismo clássico para o neo-positivismo". MORAES (1986:102).

Portanto, a Geografia pragmática empresta uma outra roupagem à análise tradicional, através de novos instrumentos de análise e a par de uma linguagem mais sofisticada. Longe de romper com a perspectiva anterior, busca um reforço e substancia velhas dicotomias: reforça a análise regional, isolando os espaços setorizando e verticalizando as análises sem o nexo com o geral. A Geografia física importa conceitos da biologia e se

apropriada da linguagem ecológica para propor um estudo integrado da paisagem, criando os modelos; a Geografia humana, também preocupada em quantificar, se limita a indicar as medidas genéricas sobre população, riquezas naturais etc.

Assim, a Geografia pragmática não vai além da crítica formal à Geografia tradicional, portanto desprovida de uma visão que busque um rompimento com o conteúdo classista da ciência. Antes o reforça.

A segunda corrente deste movimento de renovação, chamada de crítica ou radical e ainda "crítica radical". SILVA (1984), vai se contrapor de forma mais contundente à forma deliberada com que se aplica o conhecimento geográfico, nas versões expostas acima, principalmente quanto ao seu conteúdo classista.

Desta forma, buscam em uma profunda análise epistemológica, as raízes deste atrelamento da ciência geográfica com as formas de poder estabelecidas. A crítica, entretanto, passa pelo nível interno da própria ciência e aponta para um rompimento de conteúdo que, em essência, representa, no nível político/ideológico, uma forma de se contrapor à lógica do sistema capitalista. A Geografia assim tem evidenciado a sua crise interna, fruto das próprias contradições sociais materializadas no espaço, que não podiam ser aclaradas via abordagem teórica e metodológica das Geografias tradicional e pragmática.

Desta maneira, o movimento de renovação da Geografia, a partir de então, será abordado partindo do pressuposto de que a perspectiva "crítica radical" representa a real renovação da ciência, porque teve o mérito, além de evidenciar a crise, portanto buscar o novo, de elaborar e propor uma teoria e um método que melhor representem as reais condições de vida dos homens concretos.

Precursores da renovação.

Pode-se dizer que a renovação do pensamento geográfico, foi gerado no seio de um descontentamento de certos profissionais frente ao atrelamento do conhecimento geográfico à classe dominante.

A aplicação de conceitos marxistas e a utilização da abordagem materialista histórica e dialética na Geografia, assim como nas demais ciências sociais, foi um passo decisivo. Tarefa esta que coube principalmente ao geógrafo francês P. George. Assim, algumas categorias e leis da dialética foram introduzidas, buscando o acirramento das contradições capitalistas e invertendo a direção da análise.

Porém, a Geografia e os geógrafos tradicionais sofreram a maior crítica a partir da obra de Y. Lacoste, "A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra", em que o autor coloca em evidência toda a carga ideológica embutida no pensamento geográfico.

Este saber aparentemente inútil e desinteressado tem um papel importante para o sistema de poder, em qualquer nível de concepção do estado.

Segundo Lacoste, a Geografia não serve só para conduzir e orientar operações militares, como também para organizar o território e controlar os homens deste território. A esta Geografia ele chama de "Geografia do estado maior".

Bem próxima a esta, o autor aponta a Geografia do professor, que cumpre o papel ideológico de legitimar a ação do Estado. Assim, o que ele chama de "miopia social", favorece o exercício do poder. A finalidade básica da Geografia na escola é de naturalizar os fundamentos da ideologia nacional e o da história é de relatar as desgraças e os sucessos da pátria.

De uma maneira geral, a maior contribuição de Lacoste está no fato de ele colocar em seu texto as questões mais prementes da Geografia a nu. Aponta inclusive alguns equívocos na aplicação de conceitos marxistas na Geografia, como o "risco de dogmatismo" e o "determinismo econômico".

Além da "crítica radical", o autor propõe que o geógrafo trabalhe, em qualquer nível, com uma pesquisa militante, ajudando o conjunto dos cidadãos a saber pensar melhor o espaço para agir nele mais eficazmente, com isso definindo a Geografia como um saber essencialmente político.

A partir desse toque inaugural de Lacoste a Geografia evidencia sua crise, que é mundial.

No Brasil, os próprios textos de Lacoste fornecem elementos para os periódicos do final da década de 70, culminando com amplos debates no 3º Encontro Nacional da AGB em Fortaleza no ano de 1978.

O sentido militante (político) sugerido, coincide com o período de revitalização esquerdista no Brasil. Assim tal postura geográfica ganha amplos espaços e se expande.

"De uma nova Geografia a uma Geografia nova"

Tal terminologia, utilizada por M. Santos em seu trabalho "Por uma Geografia Nova", guarda um profundo sentido crítico. Isto porque os postulantes da Geografia pragmática usaram o primeiro adjetivo, presunçosos de ter alcançado um elemento novo na ciência geográfica. Já observamos anteriormente que em essência tal avanço não se operou. Assim, a Geografia pode, através da análise "crítica e radical", realizar uma tarefa conjunta, colocando no mesmo nível as correntes positivistas e neopositivistas.

A proposta de M. Santos é considerada como uma das mais acabadas da Geografia crítica e radical, precisamente por seu caráter normativo e por instrumentalizar a Geografia de "uma base teórica sistemática". MOREIRA (1992:09)

O professor M. Santos argumenta em seu trabalho que a Geografia tradicional sempre esteve presa as idéias positivistas e intimamente ligada ao papel ideológico de legitimar interesses, sejam coloniais, mercantis ou imperialistas. A Geografia pragmática representa em última instância uma face tecnológica das velhas concepções.

Desta forma abre-se a discussão do papel da Geografia: com o que e como deveria se preocupar a ciência geográfica.

Primeiramente, segundo o autor, seria necessário distinguir o verdadeiro objeto de estudo desta ciência, sem o qual sempre se caminharia para uma infinidade de "Geografias", sem alcançar um conhecimento objetivo da realidade. Assim, propõe o espaço como objeto da Geografia, entendido como produto de um campo de forças sociais. A partir de então, é mister reconhecer que não se pode estudar a construção deste espaço sem desvendar a realidade social que o produziu e que, em certa medida, acaba por se condicionar ao espaço já produzido.

Com relação ao método, admite-se que partindo da formação econômico social, como categoria geral de análise, pode se explicar a construção do espaço imediato. Neste ponto, aponta-se para o estudo dos estados nacionais como meio privilegiado de entendimento dos espaços construídos. Tal posição seria assegurada pelo duplo papel que os mesmos tem, ou seja, de imediatizar as relações do sistema político-econômico-social global com a realidade sócio-espacial nacional, bem como "gerenciar" a formação social interna, através de mecanismos e instituições de caráter diverso que cuidam da segurança, educação, saúde etc.

Finalmente, pode se acrescentar que tal proposta contém em si um caráter revolucionário interno à ciência geográfica, na medida em que aponta não para uma "organização do espaço", mas sim para um "espaço construído em cima de contradições sociais". Portanto, é buscando a superação dessas contradições sociais que o conhecimento geográfico deve atuar. Assim, o esforço deveria se concentrar no sentido de transformar o espaço produzido pelos homens em espaço para sociedade, fazendo da superfície da terra a morada dos homens e não sua prisão.

Da crítica à crise da Geografia.

É inegável o avanço da ciência geográfica nas duas últimas décadas. A reorientação de um posicionamento novo em relação à realidade, o aprofundamento teórico e metodológico, o reforço epistemológico, o debate constante, o exercício saudável da busca de uma interdisciplinaridade e a decisiva inclusão da Geografia no campo das ciências sociais, foram alguns resultados inquestionáveis atribuídos a Geografia crítica e radical.

Além destes aspectos, os embates ideológicos fornecem um claro posicionamento de classe do cientista geógrafo. Porém, no nível interno da ciência, permeiam questões essenciais que, ao nosso ver ainda não foram aclaradas, por isso frustram de certa maneira o "projeto unitário" da Geografia.

A questão principal, ao nosso ver, donde derivam vários outros pertinentes, refere-se às duas Geografias, "física" e humana, que o projeto de renovação se propôs fundir ao nível de um conhecimento, que seria colocado a serviço dos homens para melhor organizar seu "espaço de vivência".

Um primeiro impasse surgiu com o discurso político/ideológico. O próprio M. Santos advertia, "quanto aos problemas da contribuição marxista à Geografia", de que deveria se evitar o discurso pelo discurso. Assim, o exercício teórico, para ser representativo da realidade concreta deve ser permeado pelo trabalho empírico. A questão central é que a crítica aqui, de grande clarividência, apontava para a necessidade das Geografias buscarem uma aproximação: tanto a "Geografia física" deveria avançar teoricamente, quanto o "Geografia humana" buscar subsídios nos trabalhos de campo.

O fato é que o discurso político e ideológico buscou, neste impasse, o ponto de ruptura. Com isso a dicotomia antes combatida, foi reforçada. Desta forma a "Geografia física" ficou como sinônimo de representativo do velho (tradicional) e o discurso teórico emergiu da "Geografia humana".

O que poderia avançar na Geografia tendo como núcleo a unidade na diversidade se transformou na adversidade na diversidade.

Este distanciamento entre as duas Geografias gerou no seio acadêmico uma divisão do trabalho intelectual, resultando em dicotomias internas com profundas repercussões no perfil do profissional graduado em Geografia.

A dissociação criada entre o bacharelado e a licenciatura no plano curricular e formal, colocou para o graduando uma clara distinção entre pesquisa e ensino. Este fato torna-se claro quando a maioria dos alunos tem de fazer a sua opção e ouve comentários deste nível: "não sei se vou fazer o bacharelado, por que já trabalho com educação", ou ainda, "quero fazer o bacharelado, porque gosto mais de pesquisa". O problema maior é que em qualquer dos níveis, exige-se do recém graduado uma visão pretensamente holística, que envolve a produção do espaço. Objeto sobre o qual ele mesmo não sabe argumentar. O importante papel político do geógrafo na sociedade se transforma em discurso panfletário que, não raro, leva ao dogmatismo.

A tentativa de liquidacionismo da Geografia pragmática, foi outro equívoco da Geografia nova.

Uma coisa é apontar via teoria e método a carga ideológica da Geografia tradicional, outra coisa é tentar sepultar de vez os avanços técnicos, a riqueza de informações, enfim, toda a carga teórica da Geografia quantitativa. A condenação por antecipação. As técnicas e as informações podem e devem ser utilizadas não só para satisfazer a classe dominante. Negou-se com isso a força do planejamento.

Na realidade, a academia tem transposto um discurso que é responsável por uma grande confusão teórica e metodológica para um graduando em Geografia. Não raro ele se descobre "humano" ou "físico" no primeiro ano de curso e raramente busca um aprofundamento de conceitos. Quando o faz é em alguns anos posteriores, seja a partir da realidade que lhe aparece mais complexa que a teoria, ou a teoria lhe parece suficiente para explicar a realidade. Neste meio termo fica repetindo conceitos congelados, de acordo com seu autor preferido.

Outro ponto a ser questionado atualmente, fruto também da redundância acadêmica, é a excessiva fragmentação do objeto da Geografia, complementado pela confusão teórica e metodológica. O espaço tomado como categoria filosófica universal, não foi, ao nosso ver, transposto para o "aqui" do espaço geográfico. Permanecendo no nível geral, perde-se a objetividade da teoria.

O efeito imediato é a própria fragmentação do conhecimento geográfico. Ora particularizando o objeto, ora generalizando-o.

Como não se operou a unidade do Geografia, permanece uma Geografia ocupando-se da forma do objeto, outra da sua função e, no interior destas, novas fragmentações vão se operando: "geografia física" em geomorfologia, climatológico, geologia etc; A "geografia humana" em regional, população, agrária etc. Ainda cada uma das disciplinas, por sua vez, vai se subdividindo. Assim, cada geógrafo vai buscar o seu próprio "espaço" de pesquisa. Aqui é onde o método deveria se fazer mais claro: onde buscar no particular a identificação com o objeto comum da Geografia?

Não é mesmo a própria universidade que exige, nos editais de concurso para professores de Geografia, já de imediato uma especialização?

No mínimo a vaga deve ser preenchida por um profissional da área "humana" ou "física". Quando não se exige que o candidato tenha mais domínio em outra subárea como, agrária, urbano, geomorfologia, climatologia etc.

Em contrapartida, quando um órgão de planejamento, por exemplo, elabora um edital de concurso, não discrimina área: exige que seja geógrafo.

Pensamos, com isso, que a universidade, como co-responsável pelo processo, deveria utilizar o mesmo critério.

Acreditamos, assim, que a renovação da Geografia deu um grande passo no processo de crítica às velhas concepções. Porém, uma nova etapa urge que se realize em nível interno da ciência geográfica: a sua auto-crítica. Se num primeiro momento se descobriu a quem a Geografia deveria realmente servir, ainda não se operou a maneira de fazê-lo com competência.

Considerações finais

As críticas centradas aqui, no discurso acadêmico da Geografia "crítica" e "radical", tem o intuito de demonstrar que há necessidade de se repensar alguns aspectos do Geografia nova. O fato de observarmos as questões do ponto de vista do geógrafo recém-graduado expressa, antes de tudo, as experiências pessoais nos últimos anos. Desta forma, esperam os autores dar uma pequena parcela de contribuição à reflexão geográfica.

Referencias bibliográficas.

- GOMES, H. **Reflexões Sobre Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- LACOSTE, Y. **A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1977.
- MORAES, A.C.R. **Geografia. Pequena história crítica**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MORAES, A.C.R. COSTA, W.M. A Geografia e o processo de valorização do espaço. *In*: SANTOS, M. (org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos (a renovação do Geografia do Brasil - 1978/1988). **Caderno prudentino de Geografia**. P. Prudente: U.1, N.14, jun. 1992, P.5-39.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.
- SANTOS, M. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. *In*: ____ **Novos rumos da Geografia brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SILVA A.C. A renovação da Geografia no Brasil - 1976/1983 (As Geografias crítica e radical e uma perspectiva teórica). **Boletim paulista de Geografia**. São Paulo: AGB/FFLCH/USP, n.60, 1983/1984, P.73-141.